

ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 10-7-2024.

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Karen Santos, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/24 (Processo nº 0396/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 239/24 (Processo nº 0487/24), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 238/24 (Processo nº 0486/24), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/24 (Processo nº 0489/24), de autoria de Roberto Robaina; e os Projetos de Resolução nºs 047 e 048/24 (Processo nºs 0484 e 0485/24, respectivamente), de autoria de Gilson Padeiro. Também, foram encaminhados Requerimentos, de autoria de Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 173 e 175/24 (Processo nºs 0326 e 0336/24, respectivamente) e do Projeto de Resolução nº 038/24 (Processo nº 0327/24). A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Everton Gimenis, Roberto Robaina, Moisés Barboza, Biga Pereira e Mari Pimentel. Às quinze horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jessé Sangalli, solicitando o adiamento da discussão de matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento formulado por Claudio Janta, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 217/21 (Processo nº 0569/21). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 289/22 (Processo nº 0563/22), por trinta e um votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar

do Legislativo nº 024/21 (Processo nº 0548/21). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Giovani Culau e Coletivo, solicitando a retirada do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 024/21 da priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 730/23 (Processo nº 1273/23), após ser discutido por Adeli Sell. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/24 (Processo nº 0046/24), após ser discutido por Alvoni Medina. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Alvoni Medina, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 026/24, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 026/24. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 026/24, por vinte e nove votos SIM, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Às quinze horas e trinta e um minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/24, este discutido por Adeli Sell; o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/24; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 023 e 026/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 023/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 089, 172, 181, 214, 218, 222, 226 e 230/24; os Projetos de Resolução nºs 045 e 046/24; e, em 2ª sessão, o Projeto de do Legislativo nº 225/24. Às quinze horas e trinta e cinco minutos, por acordo de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, hoje um sindicato importante da nossa cidade e do nosso Estado completa 92 anos. Em função de todos os rescaldos da enchente que nós estamos, não teríamos hoje como prestar essa homenagem no plenário para o Sindec, mas queremos registrar aqui os 92 anos dessa entidade. Em agosto, devemos fazer essa justa homenagem a um sindicato que, durante a covid-19, foi o primeiro a fazer um acordo para garantir empregos e salários; durante as enchentes, agora também foi o primeiro sindicato a fazer um acordo para garantir empregos e salários e que há uns 20 anos não incomoda esta Casa, com as necessidades de regulamentação do comércio aos domingos e feriados, que o senhor teve uma participação muito grande aqui. Então hoje nós queríamos fazer o registro aqui, em nome de toda a nossa Casa, aos 92 anos do sindicato, à diretoria do sindicato, ao Nilton Neco,

ao Américo, ao Barbosa e todos os outros que trazem essa entidade sempre à frente na defesa do direito dos trabalhadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero dizer que me somo a esta homenagem ao Sindec e tenho o maior orgulho de ter participado de muitas lutas aqui junto com o Ver. Claudio Janta, nem eu nem ele éramos vereadores na época, junto com este Sindicato, lutas pelo pequeno comércio, pelos comerciantes, pela cidade de Porto Alegre. É uma homenagem justa a um Sindicato que luta muito pelo comércio e pelo trabalho, porque, quando se luta pelo comerciante, pelo comércio, se luta também pelo servidor, pelo trabalhador do comércio. Quero já combinar com o Ver. Claudio Janta para que no mês de agosto, se Deus quiser, nossa Casa vai voltar ao normal e nós queremos fazer a homenagem junto com o Ver. Claudio Janta a este sindicato que nos orgulha tanto pelas suas lutas. São 92 anos de luta, trabalhando em prol dos trabalhadores da cidade de Porto Alegre. Parabéns ao Sindec, parabéns a todos os trabalhadores do comércio.

Os vereadores vão utilizar o tempo de liderança ou vamos entrar direto na Ordem do Dia, tendo em vista que nós temos vários projetos para votar? (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Enquanto o Ver. Claudio Janta se dirige à tribuna, nós apregoamos as proposições apresentadas à Mesa, as quais se encontram distribuídas às senhoras e aos senhores vereadores e às respectivas assessorias através dos aplicativos de mensagem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste; hoje nós vimos informações em toda a imprensa que somente 40% das pessoas que requisitaram o auxílio do governo federal receberam esse auxílio até agora. Assim também como os empreendedores desta cidade, principalmente as pessoas da região central, do 4º Distrito e do Sarandi, hoje se tem a notícia de que a maioria dos pedidos junto ao Pronampe, junto ao BNDES não foram concedidos. A alegação é que eram empresas que estavam fora da zona do alagamento, mas nós temos notícias de várias empresas do Centro de Porto Alegre, pequenas e médias, que tiveram negado um dos auxílios do governo, ou o Pronampe, ou recursos do BNDES. Negado, porque isso é como se fosse qualquer empréstimo que o empresário vai lá e retira.

Também temos acompanhado a burocracia que é para os trabalhadores saberem o seu saldo do Fundo de Garantia. Hoje quase tudo que se precisa se faz através do Gov.br. A pessoa entra no Gov.br e ali tem todo o seu histórico, de vacina, histórico de carteira de trabalho, uma série de coisas, mas, quando chega no Fundo de Garantia, a pessoa tem que ir na Caixa Econômica Federal, tem que ir até uma agência da Caixa, que,

a cada dia, tem menos funcionários, menos pessoas para atender, somente para solicitar uma senha que, no banco, se faz através de aplicativo, dentro do celular, qualquer lugar, qualquer setor, inclusive, o Gov.br hoje, qualquer um de nós pode acessar ele no seu aparelho de celular. Só que para saber o seu saldo no Fundo de Garantia e saber o que teria de direito de tirar do FGTS, o trabalhador tem que ir até uma agência da Caixa Econômica Federal, que cada vez são menos também na nossa cidade. Então nós queremos fazer esse alerta aqui, queremos dizer que nem tudo é o que é noticiado. Hoje, são dados oficiais dos empréstimos, não saiu para quem precisa, dados oficiais que menos de 40% das pessoas receberam o auxílio da União de R\$ 5,1 mil e que se tem dificuldades imensas de acessar, via o Gov.br, o extrato do Fundo de Garantia.

Também quero aproveitar este tempo de liderança do meu partido e pedir aos pares que olhem com atenção o projeto que nós protocolamos nesta Casa, olhem com atenção um projeto que fala com as enchentes, que fala com as pessoas necessitadas. Nós, no ano passado, na legislatura passada e no início desta legislatura, através dos vereadores Pablo Mendes, Camozzato, Valter Nagelstein, nós tivemos várias revogações de leis aqui nesta Casa, e nós estamos pedindo a revogação de uma lei, que venha para o plenário para nós votarmos ainda este ano, de preferência, na volta do recesso, que é revogando o aumento do prefeito, do vice e dos vereadores. É necessário nós colocarmos esses R\$ 6.480,00 individuais de cada um para ajudar as pessoas que foram atingidas pelas enchentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, Presidente Mauro, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal que está aqui na Casa assistindo à sessão e os que nos acompanham pela TVCâmara. Eu venho aqui me manifestar hoje por conta de um ato que ocorreu e está ocorrendo no Centro de Porto Alegre e também em frente à Prefeitura, dos catadores e das catadoras de Porto Alegre, dos galpões, que são dos galpões de reciclagem da nossa cidade. Eles estavam lá, hoje de manhã eu estive lá, o Ver. Jonas esteve lá, o Ver. Adeli esteve lá também, inclusive eu tentei intermediar que eles fossem recebidos pelo prefeito Melo, falei com o secretário Cassio Trogildo, com o gabinete do Melo, porque eles estavam lá querendo uma audiência, querendo ser recebidos pelo prefeito Melo, porque eles estão com três pautas importantes para tratar com o governo. A primeira delas é esse pagamento do auxílio, que, depois de anunciado o ato, o prefeito Melo já anunciou a renovação por mais seis meses, o auxílio de R\$ 500,00. Só que a reivindicação do movimento é de que esse auxílio não seja renovado somente por seis meses, mas que ele se torne uma lei ambiental, que ele seja permanente, até porque os catadores têm uma renda baixa, esse seria um auxílio muito importante para o complemento de suas rendas. Inclusive, muitos estão em insegurança alimentar, porque diminuiu muito o trabalho deles e precisam desse auxílio.

O segundo ponto que eles estavam reivindicando e querem falar com o prefeito Melo, inclusive eu quero pedir aqui a ajuda do líder Cecchim, do Pablo Melo, para que façam uma intermediação, pedindo que o Melo receba os galpões de reciclagens, as lideranças dos catadores e catadoras que estão solicitando, porque o segundo item que eles têm para conversar com o governo é a questão da reforma dos galpões. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, desde a chuva de janeiro, vários galpões foram destelhados pela chuva de janeiro, e até hoje a Prefeitura não fez as reformas, nem trocou as telhas dos galpões. O serviço deles, que já era um serviço difícil, insalubre, estão fazendo quando sai sol e baixa o sol e, na chuva, embaixo da chuva, com frio, com chuva, sem telhado nos galpões. Dois galpões, inclusive, um da Restinga e outro, pegaram fogo durante esse período aí, e também a Prefeitura não providenciou, está prometendo, mas não providenciou a reforma do galpão, fazendo com que as pessoas não consigam trabalhar, e eles vivem daquilo ali, da reciclagem dos resíduos. Inclusive, tem um galpão de reciclagem que eu visitei, lá na Cavalhada, da 4ª Ascat, que além das telhas, em janeiro, quando o galpão ficou destelhado, o muro, as paredes de trás, onde os caminhões da Cootravipa chegavam e deixavam os resíduos para eles reciclarem, o muro quebrou, cedeu. Como a Prefeitura foi várias vezes lá, já prometeu a reforma e não fez, os caminhões não vão mais deixar lá os resíduos para eles; portanto, eles não têm com o que trabalhar. Deixam pouquíssimo resíduo no pátio, e com o pouco resíduo que deixam lá, eles não ganham nem R\$ 500,00 por mês, porque é muito pouco. O grande trabalho deles, que era o que chegava nos caminhões, entrava por essa janela lá no muro, não estão recebendo, por conta do das enchentes lá de janeiro, das chuvas de janeiro.

E o terceiro item que é esse ato dos catadores, dos recicladores, dos galpões de reciclagem, no Centro, era a questão do contrato. Eles têm um contrato que é R\$ 5 mil por grupo ou por galpão. Só que os R\$ 5 mil são insuficientes, porque eles têm que prestar todas as contas, pagar INSS, fazer tudo. E com esses R\$ 5 mil não dá para eles comprarem os equipamentos, o EPI para trabalharem com segurança, botar internet. A manutenção dos galpões, eles não conseguem fazer, e muito menos a manutenção do maquinário deles, que estraga. Portanto, a situação dos catadores e catadoras de Porto Alegre – que são muito importantes para o meio ambiente, para a questão da coleta seletiva em Porto Alegre, e são pessoas que sobrevivem desse trabalho – está muito difícil. Por isso, hoje eles chegaram ao limite e estavam fazendo esse ato lá no Centro. Eu fiquei até o meio-dia ali na frente da Prefeitura, depois eles iam continuar ali, a ideia deles é permanecer até serem recebidos pelo prefeito Melo. O prefeito Melo disse que não poderia receber hoje, que não estava lá. Por isso que eu solicito aqui à base do governo que façam esse apelo para o Melo, para que receba eles, que dê atenção à demanda e resolva as demandas desse setor importante da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro Pinheiro; vereadores, vereadoras, público que assiste pela TVCâmara; eu, na condição de líder da oposição, Presidente Mauro Pinheiro, os vereadores que fazem parte da base do governo Melo, eu fiz um pedido de informações no dia 3 de julho e eu gostaria de externar aqui para a sociedade de Porto Alegre e para o conhecimento público, em primeiro lugar dos vereadores e vereadoras, o conteúdo desse pedido. Até agora não obtive resposta – não é o caso de criticar a demora, foi no dia 3 de julho –, mas, como tem vários vereadores do governo e a liderança do governo aqui, quem sabe eles possam nos responder os pedidos de informações que eu fiz. Qual foi o pedido? Foi acerca do trabalho do publicitário *Cleber Benvegnú*. O *Cleber Benvegnú*, Presidente Mauro, eu fiz perguntas simples, por isso talvez a liderança do governo aqui na Câmara possa responder na própria Câmara de Vereadores. Se esse senhor presta serviços para a administração municipal, peço que apresentem a forma de contratação, o motivo e os valores envolvidos no negócio.

Dois, caso o Sr. *Cleber Benvegnú* não preste serviço diretamente ao Município, se ele compõe os quadros de sócios ou colaboradores de eventual prestador de serviço contratado com a administração, porque pode não ser diretamente contratado e ser sócio de uma empresa, que o Sr. *Cleber Benvegnú* seja sócio. E as datas – essa é a terceira demanda, o terceiro pedido – que o Sr. *Cleber Benvegnú* se reuniu com o prefeito Sebastião Melo no ano de 2024, e o tema das reuniões em que eles estiveram juntos.

Bem, para que se entenda o motivo do pedido de informações, este Sr. *Cleber Benvegnú* teve um envolvimento dele num processo que foi instaurado na 2ª *Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul*. Viu, Ver. Adeli, é muito importante isso, porque nós estamos tratando de uma Prefeitura onde nós fizemos denúncia de corrupção na secretaria de Educação, fizemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito por isso. O líder do governo, Idenir Cecchim, passou o tempo inteiro tentando impedir as investigações, a Ver.^a Nádia, o tempo inteiro, tentando impedir as investigações. Tentaram sabotar a CPI, diziam que eram levianos aqueles que afirmavam que havia corrupção na secretaria de Educação. Pois bem, nós tivemos secretária da educação presa, nós tivemos gente envolvida nesse escândalo de corrupção que trabalha diretamente no gabinete do prefeito, e nós tivemos um prejuízo de mais de R\$ 50 milhões. Fora os problemas que nós temos também no DMAE, e eu tenho denunciado, infelizmente, e o governo se nega a fazer uma investigação sobre a corrupção na gestão do DMAE, nomeada pelo prefeito Melo. Então, não é um raio em céu azul, e é por isso que nós desconfiamos, e é por isso que nós apresentamos o direito do governo nos explicar. Pois bem, na secretaria, lá em Santa Cruz, na 2ª Promotoria, a empresa Critério, este é o nome da empresa que tem como sócio administrativo justamente o Cleber Benvegnú, mantém uma sociedade com Everton Oltramari, que, então, era o secretário municipal de governança em Santa Cruz. Nos trabalhos que nós tivemos acesso, essa empresa teve um processo de investigação envolvendo uma licitação fraudulenta, e o próprio Cleber teve que fazer um acordo, uma espécie de delação premiada na área cível, e devolveu mais de R\$ 100 mil para a prefeitura, porque ele aceitou que havia tido irregularidades no processo

entre a empresa da qual ele era sócio e a prefeitura de Santa Cruz. Pois bem, no caso que nós estamos falando, e é por isso que eu acho que o governo poderia nos ajudar, e rapidamente, com essas respostas, porque nós temos informações que o Sr. Cleber teve várias reuniões com prefeito Melo, que o Sr. Cleber é inclusive um dos estrategistas da ideia de responsabilizar o governo federal por todos os problemas que existem em Porto Alegre, inclusive, sendo estrategista de comunicação do prefeito Melo, atualmente, em várias reuniões com o prefeito Melo. Por isso, nós queremos saber se essas reuniões existiram, porque essas informações nós temos. O governo pode nos ajudar com informação, por quê? Porque o Sr. Cleber foi sócio, não sei se segue sendo, mas foi sócio do ex-secretário e atual Ver. Cezar Schirmer, e foi sócio do Oltramari, que era, justamente, o secretário que contratou a empresa da qual ele era sócio. Então, ele estava no governo de Santa Cruz, contratou...

Peço a liderança do PSOL, Presidente Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder pelo PSOL.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado. Eu quero ilustrar o máximo possível. A prefeitura de Santa Cruz faz um contrato com uma empresa de comunicação, um dos que contrata é esse Sr. Oltramari, ele já é parte da mesma empresa do Sr. Cleber. Bem, o Ministério Público interveio, investigou e percebeu que havia irregularidades. O sócio do contrato de fiscalização também tinha relações com essa empresa privada. E nós tivemos, no caso do Sr. Oltramari, que é coronel da reserva da Polícia Militar, foi adjunto na secretaria de Segurança e chefe da Casa Civil no governo Sartori, quer dizer, todos esses tiveram participação na secretaria de Segurança do governo Sartori: o Cezar Schirmer, conhecido; o Cleber, que era da área de comunicação e chegou a ser chefe da Casa Civil do governo Sartori; e o Oltramari. Pois bem, esse Oltramari, para que se tenha uma ideia, ele é um dos secretários afastados no caso da secretaria de Santa Cruz, porque, em Santa Cruz, teve a Operação Controle, que foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público. Um dos objetivos era desarticular a organização criminosa responsável por fraudes que causaram prejuízos que podem alcançar mais de R\$ 47 milhões aos cofres públicos do município do Vale do Rio Pardo. Uma das irregularidades envolveu a reforma e pavimentação do Autódromo Internacional de Santa Cruz, obra que, além de fraudada e superfaturada, foi executada com má qualidade, o que colocou em risco a segurança dos pilotos de etapa da Stock Car Brasil, em novembro de 2022. O Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou, no dia 25 de abril, deste ano, 20 pessoas por crime de organização criminosa, peculato e fraude em licitações e contratos. Entre os denunciados, estão o Sr. Everton Oltramari, além do vice-prefeito, vereadores e secretários de Santa Cruz. Mas esse Sr. Everton Oltramari tem uma empresa da qual o ex-secretário e Ver. Cezar Schirmer faz parte e que esse Cleber Benvegnú faz parte. Então, é

lógico que nos coloca dúvidas. Por quê? Porque esse Sr. Cleber, Presidente Mauro, está proibido, por decisão da justiça, de exercer qualquer tipo de contrato com o poder público em Santa Cruz. Isso é explícito. Há uma dúvida jurídica que pode ser esclarecida, se ele pode ter algum contrato com outros órgãos públicos, mas o fato é que ele foi acusado e aceitou a culpa, fez um acordo de aceitação da culpa, e devolveu R\$ 100 mil para o município de Santa Cruz. Então, o que eu pedi, Ver.^a Mônica, no meu pedido de informações, feito no dia 3, é que a Prefeitura informe se esse senhor, Cleber Benvegnú, está trabalhando com a Prefeitura; se está trabalhando, qual é o contrato, qual é o valor do contrato; e se esse senhor, se não está trabalhando, se ele é sócio ou não de empresas contratadas pela Prefeitura; e se ele esteve em reuniões ou não com prefeito Melo, porque a informação que nós temos é que ele é uma espécie de estrategista de comunicação do governo atualmente, depois dos episódios da enchente. Eu considero que isso é um pedido de informações básico. Como eu sei que tem líderes do governo aqui, eu peço que informem os vereadores, que liguem para os representantes, os responsáveis do governo, porque é lógico: num governo que tem corrupção na secretaria de Educação, corrupção no DMAE, nós, quando recebemos notícias desse tipo, mostrando que um sujeito que está trabalhando com o prefeito na área de comunicação, está envolvido em esquemas de corrupção em uma prefeitura aqui do lado, e é sócio de pessoas que estão sendo investigadas por fraude de mais de R\$ 40 milhões, é lógico que nós temos que levantar aqui na Câmara de Vereadores o problema, fazer os pedidos de informações e demandar que o governo nos informe. Eu considero muito grave, portanto não quero esperar os trâmites burocráticos, até porque a gente sabe que se for esperar pelos trâmites burocráticos dos pedidos de informações, isso não sei quando vem. Então eu peço essa informação aqui, para os líderes do governo, porque o que nós estamos trazendo é suspeita novamente, suspeita de corrupção, ou pelo menos suspeita de que tenha um sujeito ligado à corrupção grave aqui no município de Santa Cruz, trabalhando na Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem porque diz respeito a esses pedidos feitos pelo Ver. Roberto Robaina, V. Exa. era vereador também comigo, lá naquele longínquo 2010, quando essas empresas, contratadas pelo Município, chamadas aqui, não vinham. Não havia informação sobre elas, bem como pedidos de providências também eram feitos, e nós só ficamos sabendo exatamente quem eram as empresas Sollus e Reação, quando mataram o vice-prefeito da cidade, o saudoso Eliseu Santos; por isso, acho importante, de todo relevante, porque estamos lidando com verdadeiras máfias, máfias! E que esses pedidos de providências e de informações, principalmente, sejam atendidos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, colegas, todos que nos acompanham, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Conselheiro Marcelo, que integram a bancada do PSDB; em primeiro lugar queria, não poderia deixar de citar um tema político que joga luz em algo muito importante, o desejo de fugir da polaridade, o desejo de fugir dos extremismos que a política brasileira nos impõe nos últimos anos. É importante dizer porque o PSDB paga, às vezes, um preço alto; falo aqui porque o Ver. Gilson Padeiro e o Ver. Conselheiro Marcelo também sofrem isso em algumas rodas de discussões, entre aqueles que defendem o estado mínimo e aqueles que defendem o estado máximo. Nós, do PSDB, sempre dizemos que somos a favor do estado necessário. Eu falo muito tranquilamente, por causa do resultado que aconteceu democraticamente nas urnas na França; lá na França, senhoras e senhores, todos nós sabemos, lembramos, aprendemos, em nossas salas de aula, a relacionar a população francesa e os seus líderes ao iluminismo e talvez de lá tenhamos ainda ao apagar das luzes do ano de 2024, Presidente Mauro Pinheiro, mais uma centelha de iluminismo para iluminar os nossos caminhos democráticos longe de algumas facetas obscuras do radicalismo. E eu não estou aqui comprando lados ou dizendo que existem soluções fáceis, mas é importante prestarmos atenção que o centro democrático fez uma grande demonstração de força com a sua população francesa. Então, Ver. Gilson Padeiro, quando, às vezes, dizem: “não, mas o PSDB...”. Hoje, oficialmente, faz cartas, faz um trabalho bonito através do Instituto Teotônio Vilela, que é o Farol da Oposição. Caso vocês não saibam, o PSDB é um dos pouquíssimos partidos que decidiu não aceitar ministério no governo Lula, que decidiu formalizar que somos da oposição, e oposição não apenas para jogar pedra, uma oposição construtiva, apontando erros, sugerindo caminhos. Nós somos, às vezes, rotulados pela direita de sermos de esquerda, Ver. Gilson, e, pela esquerda, de sermos de direita, quando nós, várias vezes, dizemos que temos o desafio de lutar pelo estado necessário e de sermos, sim, equilibrados na discussão. Eu não lembro quem foi que disse que a inteligência e o radicalismo não cabem em uma mesma morada, não me lembro quem foi; mas é justamente isto o que eu gostaria, em nome da bancada do PSDB, de dividir com as senhoras e com os senhores que nos acompanham na tarde de hoje: nós vamos continuar acreditando que, entre a polaridade radical dos bons contra os maus, dos maus contra os bons, nós podemos ter um pouquinho de equilíbrio para dizer que nem tudo é treva e nem tudo é céu. Vamos continuar, sim, defendendo o equilíbrio e o posicionamento sem populismo, partidarismo radical. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Registro a presença do deputado estadual Thiago Duarte, ex-vereador, que está visitando a Casa – seja sempre bem-vindo, deputado.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Mauro Pinheiro. Caros colegas vereadores e vereadoras, é com felicidade que venho aqui à

tribuna falar da demonstração de grandeza, de maturidade das forças políticas da França. Sim, aquilo que a maioria apostava que era impossível acontecer, essa maturidade, a defesa da democracia foi o que pautou o campo democrático progressista naquele país. Para nós, é motivo, sim, de felicidade. O mundo não está perdido, o mundo procura demonstrar, a partir dessa eleição, dessa virada – digamos – que é possível essa nossa democracia tão frágil, é possível ela sobreviver. Digo isso, falando inclusive dos trabalhistas do Reino Unido que também é outro farol para nós. É importante, é extremamente importante nós vermos que a democracia, que a justiça social, isso tudo inspira a nossa América Latina. Mas eu queria dizer também que, nessa inspiração, é bom a gente ver estes dois lados: enquanto Lula participava da cúpula do Mercosul no Paraguai e fez, inclusive, visita à Bolívia; Bolsonaro dá medalha de imorrível, imbrochável, incomível a Milei. Chorou, quantas lágrimas de crocodilos ali derramadas, porque ele queria ovacionar a Le Pen na França, mas teve que engolir a seco a derrota e a vitória, sim, da nossa democracia.

Quero, a partir dessa fala, dizer que é com outra felicidade que a gente enxerga essa pesquisa, que aponta um aumento da popularidade do Presidente da República do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, estará mais uma vez aqui no Rio Grande do Sul, pela quinta vez virá aqui neste período de reconstrução do nosso Estado. Esse é um Presidente presente, que, além de liberar, de criar políticas, de criar Ministério de Reconstrução, está aqui presente; isso também faz parte desse crescimento da popularidade. Enquanto isso, nós estamos assistindo, a cada semana, a improvisação de respostas ao nosso povo, um povo que vem sofrendo com as enchentes não só de agora, mas, como o pessoal das Ilhas, sofre a cada enchente, como sofreu em 2023, que foi um ano em que nós tivemos aqui ciclones, tivemos enchentes e agora desse jeito. Ontem, terça, nós tivemos a reunião da CUTHAB, e eu, embora não sendo dessa comissão, sou da Comissão de Direitos Humanos, a CEDECONDH, participei, Presidente, da reunião da CUTHAB. A Câmara estava lotada, lotada! Aqui estavam a representação do governo federal e dois técnicos do governo municipal; do estadual, ninguém. Assim como o Ministério Público fez lá na UFCSPA, o Ministério Público Federal, com o governo, com o Ministério Público Estadual fez uma audiência pública também na semana que passou sobre o tema da moradia, e o nosso povo sem respostas. A portaria que o governo federal emitiu dá responsabilidade para que o Município faça o cadastro e o Município identifique e dê o laudo para o governo federal poder dispor das casas que já foram cadastradas na Caixa Federal, e a gente não vê avançar. Não é possível essa morosidade, enquanto que, com este frio, a gente ainda tem gente morando, estando instaladas à beira das rodovias. Não é possível que esta Casa abra mão de ajudar neste momento de tanto sofrimento ao nosso povo. Por isso, Presidente Mauro Pinheiro, eu solicito ao senhor... Aliás, eu o cumprimento pela sua reunião hoje pela manhã junto ao Ministério de Reconstrução, o ministro Paulo Pimenta, em que o senhor esteve, em nome da Câmara, buscando exatamente as respostas para tantas perguntas e questionamentos que o nosso povo fez. Eu solicito que o senhor aqui possa dizer a todos os vereadores que costumam vir aqui

fazer somente críticas e não se colocam à disposição para ajudar, para contribuir, que tenham as respostas que o senhor pode nos dar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores; Presidente Mauro Pinheiro; deputado Dr. Thiago, que acompanha hoje a nossa sessão; público que nos acompanha aqui na TVCâmara. Eu venho aqui à tribuna reforçar a importância da fala do Ver. Moisés, sobre os problemas da polarização. E como os discursos ficam pequenos diante dos problemas da polarização, porque, nesta semana, nós tivemos um projeto muito importante de reconstrução sendo votado nesta cidade, no qual os vereadores deram um aval de confiança para a gestão. Nós tivemos o governo federal fazendo um movimento para formar um comitê de reconstrução; o governo estadual fazendo esse movimento, e Porto Alegre fez esse movimento. Estava com dificuldades, o governo Melo, de construir aqui a maioria para aprovar esse projeto. Foi costurado, Ver. Cassiá, com o próprio secretário Germano, pedindo o nosso voto de confiança para a reconstrução de Porto Alegre. Mas pasmem, vereadores, o que nós temos é um comitê de reconstrução, um gabinete de reconstrução, que era dito, nos bastidores deste plenário, Ver.^a Mônica Leal, que contaria com 30 pessoas, sendo nomeadas 90 pessoas, Jessé. E eu sei da dificuldade de o PL votar esse projeto; foi costurado, e o PL votou esse projeto dando também um cheque em branco para o prefeito e um voto de confiança para o secretário Germano, e dizendo que precisariam ser construídos cargos técnicos com FGs para a gente conseguir atrair os melhores engenheiros, os melhores arquitetos para reconstruir a nossa cidade, reconstruir os diques, reconstruir as casas de bombas, fazer projetos para ter dinheiro do governo federal. Afinal, nós temos vereadores que são leões aqui na tribuna para reclamar do governo federal, e agora a gente precisa dos projetos para pedir dinheiro para o governo federal. Não basta os vereadores aqui pedirem diárias para ir a Brasília; para Brasília eles vão com projeto embaixo do braço e com vontade de trabalhar, e para isso nós precisamos dos engenheiros, vereadores, dos arquitetos. Mas pasmem, nós tivemos 90 cargos sendo colocados no comitê de reconstrução de Porto Alegre, e quem está lá? A guria que cuida da agenda do prefeito, é para ela que nós estamos dando a FG, é para ela que nós estamos dando a força do planejamento da reconstrução, não é para um superengenheiro que vai reconstruir o dique do Sarandi ou alguém que vai reconstruir as bombas das nossas mais de 20, que ficaram paralisadas. Nós estamos dando um aval de confiança, e esta Câmara de Vereadores deu; o PL deu, Jessé; o Partido Novo deu; o Republicanos deu; e todos os partidos que estavam aqui pensando em votar contrários. Nós acreditamos nas falas, e diante disso o que nós temos? Um DOPA vindo nesta semana com 90 cargos, FGs vindo para parceiros políticos do prefeito e não para cargos técnicos. Então gostaria de reforçar que a polarização faz, muitas vezes, pessoas não virem aqui reclamar da atual gestão, para irem reclamar de ter o Presidente nomeado o Pimenta. E eu não acho bom, Ver. Pedro Ruas, ter nomeado o

Pimenta, mas o que faz a opção do Lula em nomear o Pimenta diferente de o Melo nomear a secretária da agenda dele? Então não adianta a gente criticar o Presidente Lula e ter ao mesmo tempo o prefeito nomeando sem critérios técnicos. Nós precisamos aqui tirar a ideologia e a polarização e começar a pontuar um trabalho sério, e tirar a ideologia de só cobrar o governo federal e também fazer o mea-culpa. Quando a gente começar a entender que a culpa é de todos nós, e que só reergueremos a cidade e o Estado quando a gente estiver jogando junto, aí sim a gente vai ter uma Prefeitura de verdade; enquanto isso a gente tem discursos vazios trazendo a polarização e não a reconstrução da cidade. Obrigada.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h09min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 577/23, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth e do Ver. Ramiro Rosário, que estão em representação em Brasília, por três sessões. Obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 217/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0563/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 289/22, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a Carlos Fernando Reis. (SEI 034.00303/2022-12)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- adiada a discussão por uma Sessão em 08-07-24;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 289/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O PLL nº 577/23 foi adiado, Sr. Presidente, mediante requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 024/21 da priorização de votação. Com a atenção da Ver.^a Mônica e de todos os vereadores e vereadoras, nós que enfrentamos ainda as consequências de uma crise profunda na nossa cidade, este projeto que, sem dúvida alguma, é um dos mais importantes que apresentei neste meu mandato, porque diz respeito, sim, à disputa da memória da cidade, e disputar a memória da cidade é também a luta pela democracia, apesar desses aspectos, eu reconheço que este é um projeto de alto combate e divergência política e ideológica entre nós. Por essa razão, eu gostaria de pedir a retirada deste projeto da priorização da votação. E inclusive aconselho que os vereadores Fernanda Barth, Comandante Nádia e Ramiro Rosário, que têm projetos também que não contribuem em nada para o enfrentamento da crise da cidade neste momento, retirem os seus projetos da priorização.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1273/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 730/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que destina espaço na Praça Garibaldi para instalação de estátua em homenagem a Osuanlele Okizi Erupê, popularmente conhecido como Príncipe Custódio. **(SEI 210.00663/2023-81)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 10-06-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 730/23](#). (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente, vereadoras, vereadores, muitos devem conhecer a história do Príncipe Custódio em Porto Alegre, mas outros tantos não a conhece, e é por isso que eu venho aqui para explicitar a história dessa figura lendária de Porto Alegre. Há dúvidas sobre a sua chegada no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre, mas todos sabemos que o Príncipe Custódio morou muitos anos na Lopo Gonçalves e ali morreu. Há controvérsias sobre a sua idade, mas isso não vem ao caso. Alguns até dizem que ele é o responsável pelo assentamento do Bará do Mercado, o que eu acho que é um tanto quanto exagerado, como alguns mitos e lendas sobre o Príncipe Custódio. O assentamento do Bará do Mercado, provavelmente, tenha sido fruto dos próprios escravos que levantaram o Mercado Público e deram como construído a cidade de Porto Alegre, em outubro de 1859.

O Príncipe Custódio era visitado e consultado por figuras históricas do Rio Grande do Sul. Todos sabem do acometimento de uma doença grave no caso do Júlio de Castilhos, que chegou a ir até o terreiro do Príncipe Custódio, na Cidade Baixa. Outro prócer, gaúcho, era o Borges de Medeiros, mais especificamente a sua esposa que frequentava esse local. O Príncipe Custódio tem uma história interessante em Porto Alegre, pelo número de pessoas que vieram com ele, pelos seus cavalos, pela disputa nas corridas de cavalo, esse negro, príncipe, que veio de Benin, da África. Quando o colega Jonas propõe que seja destinado um espaço na Praça Garibaldi, eu acho que é o lugar mais adequado, até porque o Príncipe Custódio morou a sua vida inteira na Cidade Baixa, mais especificamente – há inclusive registro do local onde ele morou – na Lopo Gonçalves. Eu acho ultrameritória essa preocupação com o resgate histórico desse cidadão que se tornou uma figura icônica na cidade de Porto Alegre, não só entre o seu povo de origem africana e nem só entre as pessoas que cultuavam e que cultuam a religiosidade de matriz africana, mas entre próceres, figuras importantes da sociedade do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, eu apoio integralmente a proposição colocada no PPL

nº 730/23, que nós estamos no momento discutido: espaço para a colocação de uma estátua dessa figura que se chama Príncipe Custódio, na Praça Garibaldi, na Cidade Baixa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLL nº 730/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu queria agradecer a todos os vereadores e vereadoras que votaram nessa importante homenagem a uma figura emblemática da nossa capital, do Rio Grande do Sul, o Príncipe Custódio, que representa um pouco também da cultura e da herança do povo africano trazidos para cá e que fazem a construção nossa Porto Alegre. Então, eu fico muito feliz por entender que a Câmara faz essa leitura e também uma reparação histórica. Agora nós vamos lutar para que tenha esse monumento, um monumento público, para que todos que passarem por ali saibam que esta é uma cidade com história e construção coletiva de muitos povos. Então, hoje é um dia feliz para nós e também para todos que sabem da herança e da importância do Príncipe Custódio para Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Jonas.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0046/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que altera o art. 5º da Lei nº 12.509, de 30 de janeiro de 2019, modificando os prazos das penalidades aplicadas em casos de irregularidades na utilização do benefício da isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00012/2024-08)**

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 03-07-24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 026/24](#). (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Boa tarde, meu Presidente, boa tarde aos nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara, e também a todos que se encontram no plenário. Esse nosso projeto é justamente para dar oportunidade para aquelas pessoas que perderam suas carteirinhas por irregularidades, mas que não tiveram como se defender quanto ao motivo da perda dos seus benefícios. Está em discussão na Câmara o projeto de lei que altera as penalidades previstas para usuários que utilizarem de forma irregular o benefício da isenção tarifária nos ônibus do Município. A proposição é assinada pelo Ver. Alvoni Medina.

A legislação atual prevê suspensão com impossibilidade de uso do benefício pelo prazo de 30 dias e cassação, com o cancelamento do uso do benefício pelo prazo de 12 meses. O projeto reduz para 10 e 30 dias, respectivamente, a suspensão e a cassação do benefício. Ele também prevê que o bloqueio do cartão Tri do beneficiário só será efetivado após assegurado o contraditório e a ampla defesa. Hoje, em seu art. 5º, a [Lei nº 12.509/19](#) permite à EPTC bloquear o cartão antes mesmo da apresentação da defesa.

Então, o nosso projeto, Presidente, é exatamente para que a pessoa, ou para que os usuários, tanto os idosos como as pessoas com deficiência, possam se defender. Inclusive, nós tivemos um caso de uma mãe que foi apresentar a carteirinha, apenas apresentar a carteirinha para o cobrador, e a câmara da ATP pegou a imagem da mãe, achando que ela estava se aproveitando ou usando a carteirinha indevidamente, então a sua carteirinha foi bloqueada. E, quando ela desceu do ônibus para pegar outro, no mesmo trajeto, teve a sua carteirinha cancelada. Aí a mãe com uma criança com autismo, o que faz? Como ela faz para voltar para casa? Então, Presidente, esse prazo é de 12 meses. No nosso projeto, estamos pedindo para 30 dias a cassação, e 10 dias o prazo para que a pessoa fique sem a utilização da carteira; e a cassação em 30 dias. Mas a EPTC acha que o prazo de 30 dias é muito pouco, então, nós conversamos e acertamos para que fique seis meses. Em seis meses, se caso a pessoa for reincidente, ela vai ter o direito de se defender, mas se ela for condenada, então, será cassado o seu direito de usar a carteirinha durante seis meses. A pessoa que tem o direito e apresentou a carteira, porque o filho ou a filha ou o idoso não poderia passar a roleta, e foi penalizada porque apenas apresentou a carteirinha, e foi pega pela câmara da ATP, que ela possa ter o direito de se defender e provar que ela não estava usando de má-fé ao apresentar a carteirinha ao cobrador. O que nós queremos é que este projeto seja aprovado: 30 dias e mais seis meses, caso a pessoa tenha sido reincidente ou tenha utilizado a carteirinha de má-fé, ao invés de um ano, seis meses. Ao invés de caçar diretamente, que a pessoa possa ter o direito de apresentar sua defesa, e caso ela provar que não teve nenhum tipo de irregularidade, ela possa ter a continuidade de utilizar a sua carteirinha do cartão Tri. Porque são idosos que são atingidos, são pessoas com deficiência, são crianças com autismo, mães com crianças

que, muitas vezes, se desregulariza dentro do ônibus e não conseguem passar com seu filho na roleta. Então, ao invés de um ano, peço que seja cassada a carteirinha, se caso a pessoa fez alguma irregularidade, seis meses. E a pessoa que for pega tenha o direito de se defender e provar que ela realmente não tem culpa, que foi apenas uma situação equivocada. Peço, então, a aprovação dessa lei, pois muitas pessoas serão beneficiadas com esse novo projeto. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoni Medina, ao PLL nº 026/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 026/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 026/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLL nº 026/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM.**

(15h31min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0496/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 012/24, que inclui os arts. 1º-A ao 1º-G e o Anexo I na Lei Complementar nº 1.017, de 8 de julho de 2024, dispondo sobre medidas complementares de enfrentamento à calamidade pública causada pela enchente de maio de 2024 no âmbito da tributação municipal, através da remissão e da concessão de crédito de compensação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Lixo (TCL), aplicáveis exclusivamente aos imóveis edificados atingidos direta ou indiretamente, do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN) nos casos relativos à prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte (profissionais autônomos) para os prestadores estabelecidos nos imóveis atingidos, e isenção do Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI) no caso em que especifica. **(SEI 118.00537/2024-29)**

PROC. Nº 0493/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/24, que aprova os créditos adicionais extraordinários abertos através dos Decretos nº 22.743, de 13 de junho de 2024, Decreto nº 22.750, de 17 de junho de 2024 e Decreto nº 22.768, de 27 de junho de 2024 e autoriza a abertura de créditos adicionais extraordinários para o atendimento das despesas relacionadas ao Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024, que declarou estado de Calamidade Pública em Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme Portaria nº 260/2022 do Ministério de Desenvolvimento Regional. **(SEI 118.00535/2024-30)**

PROC. Nº 0447/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/24, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Instituto Atlantos. **(SEI 197.00044/2024-10)**

PROC. Nº 0455/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Ibsen Valls Pinheiro o logradouro público não cadastrado conhecido como Largo Mil Duzentos e Quarenta e Seis, localizado no Bairro Menino Deus. **(SEI 138.00060/2024-61)**

PROC. Nº 0185/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 089/24, de autoria das Ver^{as} Biga Pereira, Cláudia Araújo e Karen Santos, que institui a Política Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça e inclui a efeméride Semana Municipal de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – do dia 8 ao dia 14 de março. **(SEI 299.00035/2024-16)**

PROC. Nº 0325/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/24, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Zhélide Quevedo Hunter. **(SEI 020.00072/2024-12)**

PROC. Nº 0431/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/24, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui a Política Municipal de Apoio e Fomento ao Desassoreamento de Corpos Hídricos, visando à prevenção e à minimização dos efeitos e danos causados por enchentes, inundações e alagamentos no Município de Porto Alegre. **(SEI 036.00062/2024-71)**

PROC. Nº 0436/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 218/24, de autoria do Ver. José Freitas, que reconhece como deficiência auditiva a surdez unilateral total ou bilateral parcial ou total no Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00233/2024-64)**

PROC. Nº 0466/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/24, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Maurício Coloniezzi Erthal. (SEI 023.00024/2024-21)

PROC. Nº 0412/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 026/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que autoriza o munícipe, pessoa física ou pessoa jurídica, a realizar a elevação das edificações ou do terreno em relação ao passeio para aumentar sua resiliência contra inundações, sem prejuízo da altura máxima prevista na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. (SEI 220.00186/2024-24)

PROC. Nº 0372/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. XXXVI no art. 5º da Lei Complementar nº 872, de 10 de janeiro de 2020, incluindo adotar o conceito de cidade-esponja como objetivo da Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia e dando outras providências. (SEI 034.00213/2024-93)

PROC. Nº 0036/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 017/24, de autoria do Ver. Adeli Sell, que cria o Plano Municipal de Prevenção a Acidentes Climáticos. (SEI 022.00025/2024-77) Observação: com Substitutivo nº 01, do Ver. Adeli Sell.

PROC. Nº 0350/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 181/24, de autoria do Ver. Adeli Sell, que estabelece a flexibilização temporária das restrições de datas para realização de feiras em praças ou vias públicas no Município de Porto Alegre em decorrência das inundações ocorridas em maio de 2024. (SEI 022.00178/2024-14)

PROC. Nº 0462/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/24, de autoria do Ver. José Freitas, que institui, na Rede Pública Municipal de Saúde, o Programa de Apoio Psicológico e Social para Vítimas de Inundações em Porto Alegre (PAPSVIPOA). (SEI 034.00235/2024-53)

PROC. Nº 0475/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Boiadeiro no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 02 de julho. (SEI 024.00152/2024-74)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0459/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Teresinha Juraci Quintana o

logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro – VI. São Carlos. (SEI 215.00052/2024-19)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Gostaria de combinar com os vereadores que, como nós temos quatro projetos relacionados à enchente, assim que encerrar a pauta, vamos encerrar a Ordem do Dia e abrir uma sessão extraordinária para poder correr a pauta; correndo a pauta, logo após encerraremos a sessão. Também existem quatro projetos do governo que estão na pauta, que estão nas comissões conjuntas, por assinatura.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só queria lembrar aos vereadores de assinarem, pois estamos fazendo conjuntas por assinatura. Então, por favor, as assessorias e os vereadores que façam, hoje, por assinatura, para cumprirmos com nosso dever antes do recesso. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Assim que for aprovado nas conjuntas, passando à pauta, assina nas conjuntas, na segunda-feira os projetos estarão prontos para serem votados.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Permita-me, neste pequeno espaço, comentar um projeto de lei, em 1ª Sessão, que é a proposição que eu faço da criação de uma câmara climática de Porto Alegre. Esse projeto não é uma imposição ao Executivo, não é uma câmara climática da Prefeitura de Porto Alegre, do Executivo, é uma câmara climática da cidade. Por isso que o meu projeto não tem vício de origem, porque ele dialoga com a municipalidade. Eu quero que comece um debate, hoje, aqui nesta Casa; eu quero levar isso aos órgãos da Prefeitura, para que a gente consiga, ao final, através de possíveis emendas, termos uma configuração do que seja uma câmara climática numa cidade que foi tão cruelmente abalada pelas águas de maio. Mas o meu projeto é anterior aos episódios de maio. Já comecei essa reflexão muito antes e me convenci de consolidar uma legislação, uma proposição, assim que teve o episódio de 16 para 17 de janeiro deste ano. Uma câmara climática, que leva em conta o conjunto da cidade, os órgãos de pesquisa, principalmente da universidade, as entidades que trabalham com essa questão, os sindicatos, as federações, toda a sociedade civil que tem a ver com preocupações ambientais e climáticas. Não há espaço unicamente para questão do negacionismo, porque, senão, não teria sentido apresentar uma câmara climática. Nós estamos com gravíssimos problemas ambientais pelo mundo afora, enquanto nós aqui estamos com mais uma chuva, um frio de inverno muito grande, tivemos queimadas na região Centro-Oeste do País, como no caso do Pantanal, bem como seca no Norte do País. Por isso que o meu projeto de lei, que propõe uma câmara climática, e estou solicitando aqui para que os colegas vereadores e vereadoras deem atenção a esse projeto. Voltarei em outros momentos a falar sobre essa questão, mandarei aos colegas o conjunto de reflexões que

eu estou fazendo sobre esse projeto. Já fiz algumas modificações a partir do momento em que deu entrada aqui em análise pela Diretoria Legislativa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Por acordo de líderes estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco todos para a 012ª Sessão Extraordinária, a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h35min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *